

**DESENVOLVIMENTO E GÊNERO: A MISOGINIA ESTRUTURAL NA
SOCIEDADE E NO TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

**DEVELOPMENT AND GENDER: STRUCTURAL MISOGYNY IN
CONTEMPORARY SOCIETY AND WORKPLACE**

Cintia Neves Godoi¹
Roberta Oliveira Lima²
Sandro Luiz Bazzanella³

RESUMO

O presente artigo analisa como a ideologia do desenvolvimento, formulada como política de Estado nos Estados Unidos, estrutura-se de forma misógina. Para isso, utilizou-se um referencial teórico baseado em autores como Nancy Fraser, Henri Lefebvre e Perrot, entre outros, para compreender o desenvolvimento como força ideológica em dois períodos distintos: de 1850 a 1990, e da década de 1990 até os dias atuais. Metodologicamente, realizou-se uma análise histórica e crítica, considerando textos acadêmicos, relatórios e dados estatísticos que evidenciam a violência contra as mulheres como elemento intrínseco ao modelo capitalista de acumulação de riqueza. O estudo argumenta que o desprezo e a violência contra as mulheres não são subprodutos do desenvolvimento, mas bases essenciais à sua ideologia, intensificando-se com os avanços técnicos e tecnológicos. Assim, destaca-se a necessidade de problematizar as interseções entre desenvolvimento, opressão de gênero e exploração econômica, com o objetivo de promover maior equidade social.

Palavras-chave: desenvolvimento, gênero, misoginia, trabalho contemporâneo.

¹Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria. Goiânia – GO – Brasil. E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5844-4494497>

²Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: roberta.lima@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7324-866X>

³Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Santa Catarina, Bras LEFEBVRE, Henri il. E-mail: sandro@unc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>

ABSTRACT

The present article analyzes how the ideology of development, formulated as a state policy in the United States, is structured in a misogynistic manner. To this end, a theoretical framework was utilized, drawing on authors such as Nancy Fraser, Henri Lefebvre, and Perrot, among others, to understand development as an ideological force in two distinct periods: from 1850 to 1990 and from the 1990s to the present day. Methodologically, a historical and critical analysis was conducted, considering academic texts, reports, and statistical data that highlight violence against women as an intrinsic element of the capitalist model of wealth accumulation. The study argues that contempt and violence against women are not byproducts of development but rather essential foundations of its ideology, intensifying with technical and technological advancements. Thus, the article underscores the need to critically examine the intersections between development, gender oppression, and economic exploitation to promote greater social equity.

Key words: development, gender, misogyny, contemporary labor.

Artigo recebido em: 29/08/2024

Artigo aprovado em: 06/02/2025

Artigo publicado em: 07/02/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v12.5608>

1 INTRODUÇÃO

As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural [...] Seja qual for o uso nas sociedades civilizadas, os espelhos são essenciais para todas as ações violentas e heróicas. É por isso que tanto Napoleão quanto Mussolini insistiam tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, se elas não fossem inferiores, eles deixariam de crescer. Isso explica, em parte, a necessidade que as mulheres representam para os homens [...] Pois se elas resolvem falar a verdade, a figura refletida no espelho encolherá; sua disposição para a vida diminuirá. Como ele continuará a fazer julgamentos, civilizar nativos, criar leis, escrever livros, vestir-se bem e discursar em banquetes, a menos que consiga ver a si mesmo no café da manhã e no jantar com pelo menos o dobro do tamanho que realmente tem? (Virginia Woolf em “Um teto todo seu”, p. 54-55)

Com essa reflexão de Virginia Woolf em *Um Teto Todo Seu* destacamos como a exclusão econômica e simbólica das mulheres é capaz de sustentar uma sociedade

hierarquizada, reflexo da misoginia estrutural presente no capitalismo. Assim, iniciamos uma análise crítica sobre a supressão econômica, política e simbólica das mulheres, aspectos centrais da ideologia do desenvolvimento trabalhados neste artigo. *Quanto à escolha dos Estados Unidos como foco analítico, este decorre de sua posição central na formulação e disseminação da ideologia do desenvolvimento no pós-guerra, tornando-se modelo global para políticas de acumulação capitalista.*

Dessa maneira, o artigo propõe-se a investigar como a ideologia do desenvolvimento, enquanto construção política e econômica está intrinsecamente ligada à misoginia, evidenciando sua manifestação em diferentes períodos históricos e contextos sociopolíticos. É utilizado um referencial teórico composto por autores que apresentam olhares distintos, multidimensionais, porém complementares sobre o fenômeno em suas áreas de pesquisa e atuação, destacando-se: Henri Lefebvre, Nancy Fraser, Perrot, Vandana Shiva e Flávio Ribeiro para compreendermos as relações entre desenvolvimento, misoginia e violência sistêmica.

Metodologicamente, realizamos uma análise histórica e crítica baseada em textos literários, acadêmicos, relatórios e dados estatísticos. Entre os exemplos abordados, destacam-se a política de desenvolvimento estadunidense no pós-guerra, campanhas midiáticas contemporâneas e a criação de tecnologias e produtos que perpetuam a misoginia, como robôs sexuais e sistemas de inovação com exclusão de gênero. Ainda na esfera metodológica, destaca-se a utilização dos conceitos de reprodução social de Nancy Fraser, a crítica à monetarização dos espaços de Henri Lefebvre, a análise ecofeminista de Vandana Shiva, além de colhemos da literatura de Virginia Woolf, conforme já mencionado, a conexão entre a exclusão simbólica e econômica das mulheres à misoginia estrutural do capitalismo, buscando-se o alinhamento ao tema central do artigo em sua contextualização com a misoginia estrutural como elemento central da ideologia do desenvolvimento.

Este artigo busca demonstrar que a misoginia, entendida como desprezo e violência contra as mulheres, não é um subproduto do desenvolvimento, mas um

elemento central para a manutenção da acumulação capitalista, configurando-se como base estrutural de sua ideologia.

A misoginia, compreendida como desprezo e violência contra a mulher, foi abordada neste trabalho como uma construção inerente à ideologia do Desenvolvimento. A ideologia do desenvolvimento tem sua origem no Pós Segunda Guerra Mundial, a partir dos interesses geopolíticos dos EUA como estratégia para articular e garantir um modo de acumulação de capital constitutivo de sociedades organizadas sob a lógica do modo de produção capitalista.

Para compreender a proposta do desenvolvimento como uma política de estado foi utilizada a tese de Flávio Ribeiro intitulada “Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria”. Compreender as características e alterações destas propostas ao longo do tempo exigiu dividir a construção desta política em duas fases distintas, embora complementares, para apresentar em que aspectos se aprofundam as capturas necessárias à continuidade e aprofundamento do modo de exploração de riquezas e de vida ao redor do planeta para manutenção da concentração de poder e recursos para a dinâmica do modo de produção capitalista.

O texto, portanto, discute a evolução da ideologia do desenvolvimento desde a Segunda Guerra Mundial, destacando como os Estados Unidos, ao consolidar poder político e econômico, se constitui como o epicentro da busca por enriquecimento, acumulação de capital e um modo de vida difundido por e para outros países como um modelo de vida a ser alcançado, impulsionando a acumulação de capital e recursos financeiros em escala global.

Neste sentido foram sendo configuradas transformações de relações sociais e espaciais decorrentes da ascensão do modo de produção capitalista e a partir de Lefebvre e Tonucci Filho foram apontados elementos para expor como a industrialização reconfigura as cidades, alterando suas funções e dinâmicas, e como a lógica do valor de troca passa a monetizar também espaços urbanos.

Nancy Fraser se faz presente como suporte na compreensão do capitalismo, ressaltando a importância de considerar a exploração do trabalho das mulheres, das populações racializadas e dos recursos naturais na definição do sistema. Fraser argumentou que a reprodução social, que engloba o cuidado, a criação de comunidades e a formação de significados compartilhados, é essencial para a existência do trabalho assalariado e, portanto, para o funcionamento do capitalismo. Ela destaca a opressão de gênero como parte intrínseca da estrutura capitalista.

A relação entre desenvolvimento e guerra foi considerada em função do pensamento de Nancy Fraser e de Luís Fiori para evidenciar como conflitos armados são fundamentais para a disseminação do modo de vida capitalista e a acumulação de espólios que são parte do processo de acumulação desigual de riqueza. Além disso, Santos foi também elencado para análise para expor a complementaridade dos processos sociais e espaciais, destacando a divisão de trabalho entre a economia e a ciência regional na promoção do desenvolvimento e na criação de políticas que perpetuam a pobreza.

Assim, o texto oferece uma análise crítica da ideologia do desenvolvimento, contextualizando-a historicamente e ressaltando suas implicações nas transformações sociais, espaciais e nas relações de gênero e exploração. Para tanto dividiu a trajetória do desenvolvimento em um período inicial destacando a disseminação das atividades industriais e destacou o período atual como dedicado à inovação como novo elemento catalisador desse paradigma.

O texto se justifica pela importância da análise e discussão sobre gênero e exploração histórica para com as mulheres. Perrot (2017, p. 197-198) nos conta que a mulher é muitas vezes excluída da História e que o próprio “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino e que abordam as ações e os poderes masculinos. Seja em que dimensão for, a história ignora a mulher, seja economicamente, a considerando improdutiva, seja socialmente, privilegiando classes e negligenciando a divisão sexual, centralizando-se na figura masculina como espécie

assexuada e representativa de toda a humanidade, ficando ao cargo das mulheres a “pequena” história mera coadjuvante da História, esta sim, produto de homens que têm o monopólio do texto e da vida pública. Por muito tempo o texto feminino, quando existente, foi estritamente especificado em livros de cozinha, manuais pedagógicos, contos recreativos ou morais. Seja no papel de trabalhadora, ociosa, doente ou manifestante a mulher será observada e descrita pelos homens na vida e no espaço público da Europa Ocidental do século XIX. A política e seu direcionamento estatal, assim como a burocracia – falocrata de nascença, são espaços de privilégio do masculino. A própria mulher militante terá dificuldade de se fazer ouvir pelos camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes.

Exemplo latente é a própria à figura de Olímpia de Gouges⁴ na revolução francesa. Mulher, teatróloga, idealista, feminista, combatente por direitos, cuja vida e morte foi invisibilizada diante da grandeza dos ideais revolucionários que propunham “liberdade, igualdade e fraternidade”, desde que a igualdade não se estendesse tão ampla e “igualmente” às mulheres, pelas quais Olímpia lutou até, literalmente, perder a cabeça em uma guilhotina. Nos dizeres da ministra Carmem Lúcia (2016, p. 11), que apresenta uma das raras obras feitas sobre a vida e morte da atemporal revolucionária francesa:

Quantas lutas ainda haverão de ser travadas pelos direitos humanos? Quantos caminhos a trilhar têm à sua frente, mulheres para chegar a destinos menos agreste que aquele a que ainda hoje se é condenada por se buscar a igualdade em dignidade. Lembrar Olímpia de Gouges é notar não haver tempo fácil para quem busca mudar paradigmas. Menos ainda para aqueles encravados em costumes, guardados em nichos de privilégios e discriminações.

⁴Nas poucas pesquisas sobre Olímpia, é possível também encontrar a menção ao seu nome grafado no original francês: Olympe.

As palavras de Virginia Woolf, Michelle Perrot e Carmem Lúcia, ainda que distanciadas pelo tempo e pelo espaço, estão em linhas muito próximas de argumentação e servem de suporte justificativo e introdutório para a temática da misoginia atrelada à pesquisa em desenvolvimento acionada nesse artigo. Para Woolf (2014, p. 72) dois elementos foram capazes de transformar radicalmente sua vida como mulher, um elemento coletivo: o direito ao voto, e outro elemento particular, a herança legada por uma tia no valor de quinhentas libras por ano que permitiram a sua independência econômica nos idos de 1918, retirando-a do papel de quase mendiga de trabalhos ocasionais, indesejados e exaustivos e alçando-a à posição de alguém com autonomia para se auto sustentar em casa, comida e vestimentas para sempre, fato que culminou em sua clássica obra, aqui já citada: “Um teto todo seu” e inscreveu seu nome para sempre na discussão sobre a tradição imperativa do patriarcado e na assimetria de papéis destinados aos homens e mulheres, com um questionamento que ecoa até nossos dias: “se Shakespeare tivesse tido uma irmã de igual talento, teriam os dois as mesmas possibilidades de trabalhar com seu potencial criativo?” (Woolf, 2014, p. 72).

Assim, contar, descrever ou pesquisar o Desenvolvimento, conforme o vocabulário mais adequado ao texto acadêmico é também estar ciente de que a invisibilização do feminino ocorreu em camadas mais ou menos densas. Para Gebara (2022, p. 120-121):

Escrever histórias dos sofrimentos e conquistas das mulheres é parte da nova *historiografia feminista*. Fazemos nossa história, lembramo-nos de nossas histórias e as tornamos oficialidade histórica para nós em vista de um outro modelo de arquivo histórico. Furamos o cerco dos ilustres senhores, de suas poses para a posteridade e, introduzimos outros cenários jamais considerados históricos. A cozinha, o lavar roupa, o plantador de hortaliças [...] o avental molhado, as mãos engorduradas, a farinha espalhada pelo chão, as mãos na bacia de lavar, as mãos afundadas na terra buscando raízes de mandioca, o seio entregue à criança, a mesa posta, os pés cansados tornaram-se quadros cotidianos de *outra história*, sem a qual a *oficial* não viveria. E as mulheres nos bordéis com suas lágrimas e risos. E as artistas, as operárias, as muitas profissionais. De muitas especialidades, diminuídas e aviltadas por sua condição feminina. E quantos outros quadros poderiam ser resgatados e entregues para a confecção de memórias históricas sem reconhecimento da História patriarcal.

Desta maneira, a misoginia pode ser considerada como presente de maneira profundamente arraigada às discussões do desenvolvimento, seja em sua fase de estímulo à indústria ou na fase mais atual que vê futuros melhores e possíveis na inovação. Exemplos discutidos aqui, especialmente na criação de mulheres artificiais, como as *sex dolls*, como veremos a seguir apontam práticas de profundo desrespeito e aversão às mulheres, transformando-as constantemente em seres passíveis de serem explorados e em objetos passivos. Portanto, o desenvolvimento atual reproduz relações desiguais de gênero, raça e orientação sexual, perpetuando a exclusão e a violência contra grupos marginalizados, bem como a exploração da natureza.

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO FASE INICIAL DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A ideologia do desenvolvimento como algo a ser alcançado advém do período da Segunda Guerra Mundial. O espólio da guerra, as atividades industriais crescentes, demandadas inclusive pela conjuntura de guerra, concentração de poder político que se desdobrou em poder econômico concentrado, sobretudo, nos Estados Unidos permitiu que este país e agentes políticos e econômicos engendraram diversas estruturas para monopólio o regime de acumulação de capital e, enriquecimento, e que considerassem, através do planejamento, formas de manutenção e ampliação das suas relações de poder.

A tese de Flávio Ribeiro, -“Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria” - é elucidativa de que como os Estados Unidos constroem uma proposta de política de estado alicerçada em uma proposta de desenvolvimento. Esta proposta de política de estado, no entanto, não serve para os Estados Unidos, mas sim para os demais países para que possam dar condição ao modo de vida vislumbrado pelos agentes políticos e econômicos estadunidenses. Este modo de vida exigiria, portanto, movimentação de diversos

países (e aos poucos o mundo todo) para que fosse possível extrema acumulação de capital, de recursos financeiros, monetários e, por decorrência de poder.

Não se tratava de uma criação inédita, a ideologia do Desenvolvimento é uma extensão da proposta de modernidade e de sua filosofia do progresso, articuladas e lideradas nos países que foram o epicentro do nascimento e estruturação da sociedade burguesa, entre eles Holanda, Inglaterra, França que, assolados pela guerra veem seu poder político e econômico deslocarem eixos e população rica para os Estados Unidos.

Desta maneira, se perpetrou e se institucionalizou um modo de vida, de ser, de pensar, e de construir sociedades pautada na plena produção, no pleno consumo, mesmo solapando os bens naturais em escala mundial, bem como outras formas de viver, que pudessem dar força às atividades industriais e de acumulação de riqueza.

O processo de transformação da vida em sociedade pelo advento da formação do modo de produção capitalista altera irreversivelmente as mais diversas formas de relação, como, por exemplo, as relações do ser humano consigo mesmo, entre pessoas, relações entre o modo de existir e a concepção de tempo e espaço.

No que diz respeito ao modo de existir e se apropriar do espaço, Lefebvre (2008) na obra *O Direito à Cidade*, descreve como o valor de troca monetiza os espaços urbanos, eliminando a organicidade das relações sociais e acentuando as desigualdades estruturais, inclusive de gênero. As cidades são alteradas, por exemplo, em suas funções, formas, tempos e espaços para acolher os novos modos de existir, de ser, de subjetivação da condição humana, pois o autor considera que a industrialização, o processo de produção e consumo capitalista que caracteriza a sociedade moderna. O autor aponta que:

A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a Cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais "belas" da vida urbana ("belas", como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização (Lefebvre, 2008, p. 11).

Tonucci Filho (2020, p. 388) ao analisar Lefebvre aponta que esta condição de obra, e de relação com o espaço se transforma:

Nesse duplo e indissociável processo de industrialização urbanização, a cidade vai perder seus traços anteriores de obra: totalidade orgânica, sentido de pertencimento, espaço demarcado e monumentalismo enaltecido [...] em cujo espaço várias lógicas se confrontam: da mercadoria, do Estado e da lei, da organização espacial, da vida cotidiana etc. Não obstante, todas essas lógicas se encontram e se subordinam à lógica do mais-valor, já que a cidade, ou o que resta dela.

As relações espaciais, portanto, são alteradas pela lógica ligada ao valor, mais especificamente ao valor de troca que se imputa a tudo que é transformado na sociedade plena produção a forma mercadoria, implicando, portanto, na monetarização, na valoração econômica dos espaços da cidade.

No que diz respeito ao modo de relações entre pessoas e sociedade, serão elencados argumentos de Nancy Fraser (2020) especialmente para enxergar de que maneira a mulher passa a fazer parte destas novas formas de relações sociais e econômicas. É nesta fase que se estrutura a ideia da exploração da venda da força de trabalho de maneira a torná-lo mercantil, bem como se destitui o trabalho da mulher do valor, que passa a ser monetizado, se exclui o valor do trabalho da mulher do sistema de geração de riqueza, no entanto, sua exploração existe e vai se aprofundar. Conforme Nancy Fraser, o entendimento do capitalismo exige esforços para além das definições de exploração do trabalho e da mercantilização da força do trabalho.

A autora assevera que "Tudo o que constitui numa pressuposição necessária para a economia capitalista precisa figurar diretamente em nossa definição do que é o capitalismo."⁵ Dentre os esforços da autora, considerar de que maneira se exploram o trabalho das mulheres, bem como das populações racializadas e dos espólios dos

⁵A citação corresponde a divulgação do livro "Capitalismo em Debate, uma conversa na Teoria Crítica." da autora Nancy Fraser e pode ser encontrada no endereço virtual: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/24/nancy-fraser-o-que-e-capitalismo/>

recursos naturais devem estar presentes nas discussões sobre a definição do que se compreende como capitalismo. Para a autora, é impossível haver um modo de produção capitalista sem a exploração não monetizada do trabalho das mulheres, do acesso em escala aos recursos naturais e da violenta exploração das populações racializadas.

No que diz respeito à violência contra as mulheres, tema mais específico do presente artigo, a autora argumenta:

O que está em questão aqui são as formas de prover, cuidar e interagir que produzem e mantêm laços sociais. Denominada de 'cuidado', 'trabalho afetivo' ou 'subjetivação', essa atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo, mantendo-os como seres corpóreos e naturais ao mesmo tempo que os constrói como seres sociais, formando seu *habitus* e a substância socioética (*Sittlichkeit*) na qual se movem. Central aqui é o trabalho de socialização dos jovens, de construção de comunidades e de produção e reprodução de significados compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que sustentam a cooperação social, incluindo os modos de cooperação vinculados à dominação que caracterizam a produção de mercadorias. Em sociedades capitalistas, a maior parte desta atividade (ainda que não toda) ocorre fora do mercado - em ambientes domésticos, vizinhanças, associações da sociedade civil e num conjunto de instituições públicas, incluindo escolas e centros de cuidado de crianças e idosos - e não assume a forma de trabalho assalariado. Entretanto, a atividade reprodutiva é absolutamente necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo como tal. Afinal, o trabalho assalariado não poderia existir nem ser explorado na ausência do trabalho doméstico, da criação das crianças, da formação escolar, do cuidado afetivo e de um conjunto de outras atividades que produzem novas gerações de trabalhadores, repõem as gerações existentes e mantêm vínculos sociais e compreensões compartilhadas. Assim como a 'acumulação original', portanto, a reprodução social é uma condição de fundo indispensável da produção capitalista (Fraser 2020, p. 46)

Desta maneira, Nancy Fraser propõe uma ampliação do entendimento do modo de produção organizado pelo capitalismo, pois o conceito tradicional, ou ao menos certas formas consideradas tradicionais de conceituação, como modo de acumulação de riqueza com base na mais valia produzida pelos trabalhadores e não socializada não alcança a complexidade do modo de acumulação. Pois não contempla, por

exemplo, o trabalho executado historicamente e majoritariamente pela população feminina com os cuidados, com o trabalho doméstico, com a reprodução da vida, com a socialização de jovens, com suporte aos idosos, enfermos e outros, enquanto o homem é monetizado por sua exploração. Ainda nesta perspectiva de análise, não contempla monetização pela violência atribuída às populações racializadas, frequentemente envolvidas em situações de guerra, formais ou informais, e tem suas riquezas expropriadas sem nenhuma relação social que não seja perpetrada pela violação de suas vidas. A autora considera imprescindível também abarcar a exploração em grande escala dos recursos naturais, executada de maneira que estes sejam compreendidos como infinitos, e passíveis de resolverem, por eles mesmos, problemas ambientais deixados pelo modo de produção industrial e transformação da natureza em produtos, resíduos e rejeitos.

No livro “Feminismo para os 99%: um manifesto” Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser chamam a atenção para o fato de que:

[...] o que é menos amplamente compreendido é que sociedades capitalistas também são, por definição, a origem da opressão de gênero. Longe de ser acidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura. O capitalismo certamente não inventou a subordinação das mulheres. Esta existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente ‘modernos’, de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo. A perversidade se torna nítida quando relembramos o quanto o trabalho de produção de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar - ou o que Marx chamou de ‘força de trabalho’ E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas”. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das condições - materiais, sociais e culturais - fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 51-52)

No que diz respeito aos recursos naturais, de maneira geral, este processo pode ser entendido como acesso indiscriminado às fontes de recursos, sem monetização para a sociedade, para as comunidades ou mesmo para o Estado, passando, quando muito pelo acesso à terra, também transformada em sua condição pelo modo capitalista. O acesso à terra após a fase inicial da industrialização será feito a partir da institucionalização da propriedade privada. As terras em diferentes países passaram a ter valor de troca, e deixaram de ter apenas valor de uso.

Sob os pressupostos e, a partir da afirmação de um modelo social de plena produção, consumo que passa a condicionar o tempo, o espaço, as formas de vida humana, a subjetivá-las, bem como para disseminação das transformações no modo de relacionamento social e espacial, se empreendem diversos esforços, dentre eles a política de disseminação da ideologia do desenvolvimento.

Fiori (2014), atenta para o fato de que o desenvolvimento necessita da guerra para sua disseminação e continuidade. O autor a partir da discussão das ideias de William Petty expôs a previsão de dois aspectos fundamentais. No primeiro aspecto, o economista político previu a transformação da Inglaterra em potência agressiva, e relativo ao segundo aspecto, chamou a atenção para o fato de que a transformação da agressão e do ataque se tornaram um mecanismo de acumulação de riqueza. Fiori expôs:

Entre 1650 e 1950, a Inglaterra participou de 110 guerras aproximadamente, dentro e fora da Europa, ou seja, em média uma a cada três anos. E entre 1783 e 1991, os Estados Unidos participaram de cerca de 80 guerras, dentro e fora da América, ou seja, em média, também uma a cada três anos (Fiori, 2014, p. 54).

Parece haver, contudo, estreita ligação entre guerra, estabelecimento necessário de conflitos para acumulação de riqueza em função do acesso aos espólios da guerra. Espólios geram enorme acumulação, além dos processos de garantias de capilarização

da industrialização, urbanização e disseminação das ideias de um modo de viver capitalista após devassa sobre o modo de vida de outras comunidades e povos promovida pela violência dos conflitos.

Santos (1993) nesta mesma direção aponta que o sucesso da disseminação do modo de vida capitalista e da pobreza só pode ser compreendido com a consideração do papel do planejamento da própria ciência na disseminação da proposta do desenvolvimento nos diferentes espaços.

Santos, aponta que para compreensão do desenvolvimento, e de seu processo de planejamento da pobreza “[...] ocorre uma divisão do trabalho entre as duas disciplinas: à economia é confiada a apologia ao capitalismo; e a tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais é confiada à ciência regional” (Santos, 2007, p. 20). Para o autor a economia, bem como a ciência regional vão atuar para apoiar a disseminação dos modos de exploração, de acumulação de riqueza, e por conseguinte de geração de pobreza, desta maneira:

A ciência regional e o planejamento eventualmente se fundiram. Hoje é praticamente impossível encontrar em periódicos especializados um artigo teórico ou mesmo uma análise sobre o espaço social visto como um todo. Qualquer consideração de natureza social é rejeitada em nome do pragmatismo, e só se tem tolerância para com o próprio processo de planejamento. Mas, quantos economistas e planejadores têm a força de caráter de admitir, como o fez. J. Hillhorst (1970, p. 4), que a teoria regional do desenvolvimento não existe? (Santos, 2007, p. 21).

Desta maneira se percebe que o desenvolvimento em sua fase inicial e, mesmo na atualidade despreza, ou super explora o trabalho das mulheres, das populações racializadas, dos modos de vida que resistem aos modos de subjetivação do capital. O capital necessita da exclusão das mulheres, das populações massacradas por guerra, dos espólios desta, e da instrumentalização da captura das energias da sociedade, e dos recursos naturais em grande escala para sua reprodução.

Conforme o desenvolvimento se coloca como ideologia oficial e institucional para todos os países e sociedades as formas de engendrar valor de troca passa a abarcar novos elementos. Desta maneira é preciso capturar e institucionalizar as ideias, especialmente aquelas vinculadas a novas criações.

Uma nova fase da ideologia do desenvolvimento então se coloca. Se a ideia era do modo de produção industrial para garantias da vida urbana, e de possíveis benesses, para garantir a busca por um futuro melhor, os agentes políticos e econômicos do capitalismo vão considerar outros elementos como irradiadores ou catalisadores da manutenção dos processos de exploração e acumulação de riqueza. Os discursos deixam de ecoar a industrialização para desenvolvimento e passam a ressoar empreendedorismo, inovação e competitividade como garantias de um futuro melhor. A segunda parte do artigo, portanto, passa a analisar a inovação como tema central para garantia do trilhar da trajetória da construção do desenvolvimento. E o que capturará a fase inovativa?

3 A INOVAÇÃO COMO SEGUNDA FASE DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Na fase da ideologia do desenvolvimento ligada às demandas de inovação nem tudo foi alterado, mas também não houve permanência de todos os elementos desta proposta.

Em 1911 foi publicado o livro Teoria do Desenvolvimento Econômico de autoria de Joseph Schumpeter. No livro em questão, que foi reeditado e publicado novamente após 1920, houve uso da ideia de inovação que a considera como estratégia importante para o capitalismo. No livro em questão o autor discute sobre o desenvolvimento como algo para além do crescimento da economia, do aumento da população e da riqueza. Sobre inovação, o autor afirma: “É, contudo, o produtor que, geralmente, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’; eles são, por assim dizer,

ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir” E, com isso aborda a ideia de "destruição criadora"⁶ como forma de dar conta de elementos relacionados ao que considerava processo de desenvolvimento.

Desta maneira, o autor em questão revoluciona o entendimento do modo de acumulação capitalista e aos poucos propaga a ideia de que é preciso não apenas produzir, é necessário inovar para dar conta das crises do modo de produção, que de tempos em tempos, enfrenta quedas no consumo e nas possibilidades de geração de mais riqueza.

A partir de então ocorre a captura das ideias para o desenvolvimento. Corpos e terra - recursos naturais já haviam sido capturados e foram institucionalizadas formas e estruturas de lidar com estes através da formalização da propriedade privada, da formalização e valorização do valor de troca sobre o valor de uso, e fomentadas estruturas ideológicas e físicas de opressão, desvalorização e desprezo pela existência das mulheres, das populações racializadas bem como foram sendo reproduzidas e aprofundadas formas de exclusão de populações LGBTQIAPN+ ⁷.

E, de que maneira a segunda fase o Desenvolvimento dá forças à captura das ideias? A produção do conhecimento e de ideias foi deixada a cabo das Instituições de Ensino Superior, bem como dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, pois a pesquisa deveria estar ligada ao tema desenvolvimento!) e dos laboratórios de grandes indústrias com poder político para acessarem verbas ou estruturas estatais para suas

⁶ A destruição criadora para Schumpeter é um processo que faz parte do modo capitalista de produção, considerando que a inovação é necessária ao avanço das atividades do modo de produção capitalista, permitindo com que elementos econômicos e empresariais obsoletos, menos eficientes, sejam substituídos por novos elementos, que devem gerar ganhos de eficiência e progresso (Schumpeter, 1942).

⁷ De acordo com a organização não governamental orientando, dedicada a ser um espaço voltado para pessoas de orientações marginalizadas, pessoas intersexo e pessoas cisdissidentes de qualquer natureza. A sigla LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais, conforme endereço virtual: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>

pesquisas e geração de novas ideias e produtos. Foram estruturados "ecossistemas de inovação". Mas, novamente, estes foram vinculados à atuação de homens, e à geração de produtos majoritariamente para homens, ou de produtos e ideias que permitam o aprofundamento das relações de exploração, e de manutenção do *status quo*.

No que diz respeito, por exemplo, à produção do conhecimento, as Instituições de Ensino Superior vão se colocar como instituições centrais na geração de possibilidades para inovação. Seus cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos de pesquisa, extensão e etc. vão fomentar um ambiente de geração de ideias. Sob tais perspectivas se buscou ao longo dos anos 2000 estruturar estas instituições de maneira que a inovação estivesse vinculada à geração, qualificação de novos profissionais e saberes.

E, é possível constatar que as mulheres o alcançam cada vez mais, e que inclusive, também avançam para a pós-graduação se tornando crescentemente qualificadas, e estatisticamente se qualificando mais que os homens, como no caso brasileiro⁸.

No entanto, embora institucionalmente qualificadas, as mulheres não acessam cargos de poder, bem como não acessam, inclusive cargos de docência no ensino superior, e tampouco cargos de docência na pós-graduação do ensino superior. No Brasil as estatísticas expõem esta condição que aponta aspectos de exclusão e misoginia nas instituições vinculadas à formação e educação do país. Há, inclusive, a conceituação de tal prática que é definida como "efeito tesoura" que se refere à perda progressiva do contingente de mulheres na medida em que se avança nas posições de carreira (Candido, 2023).

⁸ O Censo da Educação Superior (2021) no Brasil, aponta que mulheres representam 58,1% (5.249.275) dos discentes nos cursos de Graduação, e ao se observar especificamente as licenciaturas, 72,5% das matrículas são de mulheres. No que diz respeito à Pós-Graduação, de acordo com a Capes (2021), as mulheres compreendem 54% das discentes, e 58% das bolsistas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). Dados disponíveis no endereço virtual: <https://www.apufsc.org.br/2023/03/09/mulheres-sao-maioria-entre-estudantes-do-ensino-superior-no-brasil-mas-dado-nao-se-reflete-na-docencia/>

Em estudo da Deloitte⁹ sobre a participação das mulheres na força de trabalho global o pesquisador expôs que estas não representam um terço dos trabalhadores no setor de tecnologia. O estudo aponta também de que maneira a vida no trabalho monetizado impacta a vida das mulheres que afirmam trabalhar com dores, desconfortos, assumindo a maior parte de responsabilidades domésticas e se preocupando com direitos e segurança pessoal.

Outro aspecto que podemos chamar a atenção para a segunda fase da ideologia do desenvolvimento é a estruturação de um sistema de inovação vinculado às Instituições de Ensino Superior e a empresas denominadas como *Startups*.¹⁰ Os parques tecnológicos, os ambientes de inovação, as rodadas de negócios, e discursos diversos que impregnam o cotidiano com elementos vinculados à ideia de que é preciso inovar para garantir lugar no desenvolvimento, também se apresentam como estruturas, instituições e organizações com características misóginas.

As disputas de poder para geração de produtos e inovações são documentadas e apresentadas de diversas maneiras à sociedade, e de maneira geral, expõe a desqualificação da mulher e violências de toda ordem, inclusive sexual.

As imagens e as ferramentas midiáticas têm papel imprescindível na construção de desejos, ideais, vontades para fomentar inovação - estímulo ao modo de produção capitalista. E, nestes recursos a exclusão de mulheres e de perfis de populações racializadas e LGBTQIAPN+ tem continuidade. O documento "TODXS/10 - O mapa

⁹O referido estudo pode ser encontrado no seguinte endereço virtual:

<https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/human-capital/articles/pesquisa-mulheres-trabalho.html>

¹⁰ Freire *et al* (2017) define Startups da seguinte maneira: "Por sua vez, a definição de *startups* não é consensual. Existem duas grandes linhas: uma delas se debruça sobre o desempenho dessas empresas iniciantes, destacando aquelas de alto crescimento; outra em suas características iniciais, sem relação direta com sua performance no mercado. 7 Utilizamos aqui uma ideia de *startup* que se assemelha mais a esse segundo tipo: empresas iniciantes - nascentes e novas -, caracterizadas por intensa inovação, seja em modelo de negócios ou de base tecnológica, que se encontram em uma etapa temporária e passageira na qual busca recursos para identificar e amadurecer seu negócio" (Freire *et al*, 2017, p. 53).

da representatividade na publicidade brasileira”¹¹ aponta que no que diz respeito aos protagonistas dos produtos de televisão, homens brancos são maioria nas imagens da publicidade nacional, seguidos por mulheres brancas, quando analisados personagens coadjuvantes de programas de televisão, homens brancos também lideram a lista.

Em redes sociais, por exemplo, *Facebook*, protagonistas também são majoritariamente homens brancos, e coadjuvantes são mulheres brancas na maior parte das divulgações. O documento em questão também apresenta uma escala corporal para identificar biotipos divulgados e estimulados e aponta que há priorização de corpos fortes e homens brancos e corpos magros para mulheres. O documento apresenta o seguinte argumento: "Ao massificar como bonito apenas um tipo de corpo, a publicidade colabora com a ditadura da magreza e estimula o preconceito e o desprezo por outros corpos, em especial os corpos gordos"¹².

A objetificação da mulher é reproduzida em diversas localidades. Nos Estados Unidos, em ambiente da indústria cinematográfica, uma das mais poderosas estruturas midiáticas do mundo, houve divulgação de escândalos de abusos sexuais para com as mulheres. Movimentos como "Me Too"¹³ expuseram a gravidade e complexidade de relações de abuso de poder, abuso sexual, envolvendo pessoas da indústria midiática estadunidense, executivos, cineastas, atores e outros e também alcançaram pessoas em diferentes países com a força das denúncias, sendo considerado um marco contemporâneo que expõe como estruturas de poder, associadas ao desenvolvimento, perpetuam a violência de gênero e evidenciam a necessidade de desmantelar a misoginia sistêmica”.

¹¹ O documento em questão se encontra disponível no endereço virtual:

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/03/UA_TODXS10_Final-PORT.pdf

¹² O documento em questão se encontra disponível no endereço virtual:

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/03/UA_TODXS10_Final-PORT.pdf

¹³ Há sites dedicados ao movimento de suporte às pessoas vítimas de abuso e violência como o:

<https://metoomvmt.org/>, bem como o nacional: <https://metoobrasil.org.br/> e é possível encontrar diferentes reportagens sobre o movimento: <https://www.uol/entretenimento/especiais/metoo-um-ano-depois.htm#tematico-1>

No Brasil houve escândalos de violência sexual nos estúdios da TV Globo envolvendo atrizes. Houve também, com menor repercussão como casos que envolvem televisão e pessoas públicas, denúncias de que nos ambientes de inovação, de estruturação de *startups* nacionais ocorrem os mesmos problemas de abusos de poder, desvalorização, desqualificação e violência contra mulheres, pois a pouca presença das mulheres no setor de tecnologia não é o único elemento que pode expor a violência com que são consideradas as mulheres nas estruturas das relações de poder inerentes à ideologia do desenvolvimento¹⁴.

Outro aspecto que deve ser considerado do ponto de vista da inovação são os produtos que estão sendo criados. As indústrias de produtos de cuidados com o corpo, cosméticos, a indústria química, se estruturam como fornecedoras de produtos e serviços para mulheres, mas também como agentes de opressão aos corpos e existências das mulheres, gerando modelos impossíveis de alcançar, produtos para minimizar impactos da existência e do tempo, considerando metas impossíveis para este grupo já tão oprimido. Trata-se, por vezes, de impulsionar uma corrida indiscriminada para diminuição da mulher. As metas e indicadores em busca de uma existência perfeita assumem uma situação, que não se coloca como real ou possível.

Mesmo com muitas mulheres em busca dos indicadores de perfeição, índices de violência contra a mulher, de feminicídio¹⁵ apontam crescimento da violência, independente da roupa, do corpo, do perfil desta. Cabe destacar que é praticamente impossível encontrar ambientes de inovação que não estejam incubando produtos dos setores acima elencados¹⁶.

¹⁴ Monique Fernandes aponta que as relações de opressão, assédio e violência contra a mulher estão presentes nos ambientes de inovação. O texto está disponível em:

<https://www.baguete.com.br/noticias/14/08/2020/por-que-me-afastei-do-ecossistema-de-startups>

¹⁵ A Lei nº 13.104/15, que qualifica como feminicídio o homicídio de mulheres devido a sua condição de gênero.

¹⁶ Estatísticas brasileiras sobre feminicídio podem ser encontradas em portais como do Núcleo de Estudos sobre Violência da Universidade de São Paulo (NEV – USP), e Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Em matéria publicada em 2023, intitulada como “Aumento dos

Exemplos mais gritantes da misoginia estão ligados à produção de mulheres artificiais. O desafio de criar meninas artificiais, mulheres artificiais, com corpos ideais reais, com o diferencial de serem disponíveis para o que e quando quiserem. Estes casos devem ser considerados de extrema importância para a tese de que a proposta ideológica do desenvolvimento é misógina.

Com toda a trajetória de industrialização, de urbanização, de ampliação da educação formal, de ampliação do ensino superior para desenvolvimento, de institucionalização da inovação em todas as etapas de formação e qualificação da população para o desenvolvimento, a indústria inovadora se coloca, a serviço de criação de demandas pela existência de mulheres e meninas artificiais à disposição da sociedade, mais uma vez. Exemplifique-se com o fato de que boa parte dos robôs são dotados de nomes femininos como “Alexa” ou “Siri”, entre outros. Ademais, há notícias de fóruns na internet em que usuários criam chatbots femininos que desempenham papéis de namoradas virtuais e que são constantemente ofendidas verbalmente¹⁷. A violência desses usuários, mesmo contra uma máquina, é análoga à situação da violência doméstica contra a mulher. Ao mesmo tempo, vários especialistas apontam que os desenvolvedores de chatbots estão começando a ser responsabilizados pelos bots que criaram, especialmente quando estão implícitos que são mulheres, como Alexa e Siri, já citadas aqui¹⁸ (Machado, 2022).

femicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito a vida” expõe a gravidade da situação ainda em 2023, e aponta que ao contrário das outras formas de violência o Femicídio tem aumentado ano a ano. A matéria pode ser encontrada no endereço virtual: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-femicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml>

¹⁷ Até a Lu, assistente virtual das Lojas Magalu precisou fazer uma campanha em 2018 em razão dos assédios morais e sexuais vividos. Mais informações em: <https://exame.com/marketing/ate-a-mascote-virtual-do-magazine-luiza-e-alvo-de-assedio-sexual/> Acesso em: 18 de out. 2023.

¹⁸ A Unesco produziu a publicação “I’d blush if I could: closing gender divides in digital skills through education”. O título da publicação toma emprestado seu nome da resposta dada por Siri, uma assistente de voz com gênero feminino usada por centenas de milhões de pessoas, quando um usuário humano dizia a “ela”, “Hey Siri, você é uma vadia.” Embora o software de IA que alimenta a Siri tenha, a partir de abril de 2019, sido atualizado para responder ao insulto de forma mais direta (“Não sei como responder a isso”), a submissão da assistente diante do abuso de gênero permanece inalterada

A questão inicial de industrialização de uma boneca sexual já permite considerar que as mulheres são odiadas, tão odiadas que melhor serem transformadas em seres mais passivos do que se encontram frente a tanta violência, tão desprezadas que é melhor criar condições de que sejam bastante reais e permanentemente imóveis. E, não bastasse a condição de não existir, deve ser praticamente resistente e plástica. E, por quê?

A empresa chinesa DS Dolls¹⁹ combina robótica com *sex toys*²⁰ e é considerada inovadora no mercado dos robôs sexuais. Em 2020 anunciou sua boneca sexual que replicou o corpo de uma modelo chamada Qinweiyngjie com texturas similares às da modelo, e proporções corporais com precisão de 0,03 milímetros.

O exemplo da empresa chinesa produtora de robôs sexuais, exemplifica como a inovação tecnológica pode reproduzir relações de exploração e objetificação feminina, reforçando os pilares da ideologia do desenvolvimento é importante para apontar que embora a China se coloque como um país de socialismo com características chinesas, é possível perceber que processos de opressão, de mercantilização, e de transformação da mulher em objeto também se apresenta no país em questão. O fato de uma empresa chinesa ser referência em robôs sexuais, com projetos de criação de mulheres com texturas e proporções próximas do real, e de um real com perfil específico, de uma “modelo” nos faz questionar a condição de capilarização da ideologia do desenvolvimento com suas profundas características

desde o lançamento amplo da tecnologia em 2011. A 'feminilidade' submissa da Siri – e a servidão expressa por tantos outros assistentes digitais projetados como jovens mulheres – fornece uma poderosa ilustração dos preconceitos de gênero codificados em produtos tecnológicos, onipresentes no setor de tecnologia e aparentes na educação de habilidades digitais. "Eu ficaria corada se pudesse" busca expor alguns desses preconceitos e apresentar ideias para começar a fechar uma lacuna de gênero em habilidades digitais que é, na maioria das partes do mundo, ampla e crescente. (Unesco, 2019)

¹⁹ A reportagem sobre a empresa inovadora e seus produtos pode ser conferida no seguinte endereço virtual: <https://www.hypeness.com.br/2020/09/boneca-sexual-com-99-de-precisao-fisica-assusta-por-similaridade-com-seres-humanos/>

²⁰ Sex Toys é uma expressão em inglês que se refere a elementos, objetos, para serem usados durante atividades sexuais.

misóginas, com alcances globais, e ao que tudo indica intra - diferentes modos de produção, sejam eles capitalistas ou socialistas.

Talvez uma das múltiplas respostas encontre lugar novamente em Virginia Woolf (2014, p. 156) que citando uma frase de John Langdon Davies, autor de *A Short History of Women*, afirma: “quando as crianças não mais forem desejáveis as mulheres deixarão de ser necessárias”. A autora traz um compilado de frases no mesmo tom em que variados “pensadores” como Pope, Napoleão, Johnson e outros exclamam ideais como: “A maioria das mulheres não tem nenhum caráter”; “Elas são capazes de aprender ou incapazes?”; “Teriam alma ou não?”; “Alguns sábios declaram que o cérebro delas é mais superficial” (Woolf, 2014, p. 47).

Para onde apontamos o olhar é possível vislumbrar homens falando, pensando, descrevendo, produzindo para mulheres e até reproduzindo mulheres, como no caso das *Sex Dolls*, entretanto, quando olharão os homens para as mulheres com igualdade e alteridade? Provavelmente não há nada mais inovador, emancipatório e de um desenvolvimento equânime do que perceber o feminino como protagonista de pensamentos, ideias e desejos não-ditados por ideais outros. Como bem afirmou Beauvoir no volume dois do livro *O segundo sexo*: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Assim como mulheres têm se tornado objetos de e para o consumo do capital, talvez seja chegada a hora de fazer nascer a inovação com as marcas do feminino não como objeto inanimado, mas sujeito pensante e desejante.

Shiva (2021, p. 24) argumenta que a violência contra as mulheres está intrinsecamente ligada à exploração da natureza no patriarcado capitalista, ambas estruturais à ideologia do desenvolvimento e salienta que a violência contra as mulheres é tão antiga quanto o patriarcado e explica que o patriarcado tradicional estruturou a visão das mulheres sobre o mundo e sua forma de pensar com base na dominação masculina, negação de sua plena humanidade e de seu direito à igualdade. Todavia, apesar de o fenômeno ser antigo, não tem perdido força, pelo contrário, tem ganhado força e intensidade. Ao mesmo tempo em que se intensificam a luta por justiça para as mulheres, a autora

relata que os casos de estupro aumentaram 240% desde a década de 90, quando novas políticas econômicas foram apresentadas.

A violência contra as mulheres assumiu formas novas e mais cruéis enquanto estruturas patriarcais tradicionais se misturaram às estruturas do patriarcado capitalista. Precisamos examinar as conexões entre a violência de sistemas econômicos injustos e não sustentáveis e o aumento na frequência e na brutalidade da violência contra as mulheres. Precisamos entender como as estruturas do patriarcado tradicional se fundem com as estruturas emergentes do patriarcado capitalista para intensificar a violência contra as mulheres (Shiva, 2021, p. 25).

Arruzza; Bhattacharya e Fraser (2019, p. 80-81) alertam para o fato de que o racismo, o imperialismo e o etnonacionalismo são escoras fundamentais para a misoginia generalizada e o controle do corpo de todas as mulheres. Segundo as autoras, seu funcionamento fere a todas, sendo contraproducentes as proclamações de sororidade global, pois ainda que todas as mulheres sofrem a opressão misógina na sociedade capitalista, as opressões assumem diferentes formas, nem sempre perceptíveis de forma imediata, mas que devem ser alvo de luta política e construção de diversidade para que se alcance um efetivo poder coletivo capaz de transformar a sociedade.

Desta maneira, o desenvolvimento institucionaliza, internacionaliza instrumentos diversos para garantia e manutenção de relações sociais, políticas, culturais e econômicas, relações estas que garantem concentração de poderes aos homens, e desprezam e violentam mulheres, populações racializadas, lgbtqiapn+ bem como a natureza.

Shiva (2021, p. 27) enfatiza que o estupro das mulheres e o estupro da Terra estão intimamente ligados – de maneira metafórica e material, uma vez que a crescente vulnerabilidade das mulheres as torna mais vulneráveis a todas as formas de violências, inclusive ao abuso sexual, conforme dados levantados em uma série de audiências públicas sobre o impacto das reformas econômicas sobre as mulheres

organizada pela Comissão Nacional das Mulheres e a Fundação de Pesquisas para a Ciência, Tecnologia e a Ecologia na Índia. A autora conclui que “o fim da violência contra as mulheres precisa ir além da economia violenta moldada pelo patriarcado capitalista rumo a economias não violentas, sustentáveis e pacíficas que respeitem as mulheres e a terra”. (Shiva, 2021, p. 29)

Para Shiva (2021, p. 146) o desenvolvimento deveria gerar riqueza e bem-estar para todas as pessoas dos países em desenvolvimento e questiona: “onde o paradigma do desenvolvimento deu errado?”

Em primeiro lugar, seu foco exclusivo foi um modelo de avanço derivado das economias industrializadas ocidentais, partindo do pressuposto de que o progresso no estilo ocidental era possível para todos [...]. No entanto, como Rosa Luxemburgo apontou, o início do desenvolvimento industrial na Europa Ocidental exigiu ocupação permanente das colônias pelas potências coloniais e a destruição da ‘economia natural local’. Segundo Luxemburgo, o colonialismo é uma condição necessária e constante para o crescimento capitalista: sem colônias, a acumulação de capital seria paralisada. Assim, o ‘desenvolvimento’ como acúmulo de capital e a comercialização da economia para a geração de “superávit” e lucros envolveu a reprodução de não apenas uma forma particular de criação de riqueza, mas também da criação associada de pobreza e expropriação. [...] Em segundo lugar, o desenvolvimento se concentrou exclusivamente em indicadores como o PIB. O que esses indicadores não conseguiram demonstrar foi a destruição ambiental e a geração da pobreza associada ao processo de desenvolvimento [...] Em terceiro lugar, indicadores como o PIB medem apenas atividades que ocorrem por meio do mecanismo de mercado, independentemente de essas atividades serem produtivas, improdutivas ou destrutivas. Na economia de mercado, o princípio organizador do uso de recursos naturais é a maximização dos lucros e o acúmulo de capital. A natureza e as necessidades humanas são administradas por meio de mecanismos do mercado. As demandas por recursos naturais estão restritas às que se registram no mercado; a ideologia do desenvolvimento é amplamente baseada em uma ideia de trazer todos os recursos naturais para a economia de mercado a fim de produzir commodities. Quando esses recursos já estão sendo usados pela natureza, para manter a produção de recursos renováveis, e por mulheres, para prover sustento e subsistência, seu desvio para a economia de mercado gera uma escassez para a estabilidade ecológica e cria novas formas de pobreza para todos, **especialmente para mulheres e crianças**. Por fim, o paradigma convencional de desenvolvimento vê a pobreza apenas em termos de ausência de padrões de consumo ocidental, ou em termos de receitas em dinheiro e, portanto, é incapaz de lidar com economias de autoabastecimento ou incluir

a pobreza gerada pela destruição causada pelo desenvolvimento. (Shiva, 2021, p. 146-147).

Finalmente, falar de desenvolvimento é também discutir, segundo Fraser (2020, p. 41-43) a hegemonia neoliberal progressista, pois muitos discursos aparentemente anti-misóginos combinam um programa expropriativo e plutocrático com uma política calcada em reconhecimento liberal-meritocrático, em que, servindo-se das forças progressistas já existentes na sociedade civil, acabaram por difundir um *ethos* de reconhecimento igualitário e emancipatório apenas em sua superfície, pois no centro desse *ethos* e seus ideais de diversidade, empoderamento de mulheres, direitos lgbtqiapn+, pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo há uma perspectiva compatível com a *Goldman Sachsificação* da economia dos EUA, em que proteger o meio ambiente significa monetizar o mercado de carbono, igualdade significa meritocracia, na qual seus principais beneficiários continuarão a ser aqueles que já possuem capital social, cultural e econômico, onde hierarquias não são abolidas mas “diversificadas”.

Por fim, bell hooks (2020, p. 25) afirma que: “feministas são formadas, não nascem feministas”. Assim como uma pessoa não se torna antirracista, feminista ou escolha qualquer outra posição política de forma natural, sendo necessária a escolha e a ação. Ação esta que precisa ser enfrentada nos caminhos percorridos pelo Desenvolvimento ainda deveras excludente com grupos que são minorias em representatividade, mas não em quantidade.

Se na primeira etapa da construção do ideal, da ideologia e da política de estado para desenvolvimento as mulheres se destinam a ser exploradas sem vínculo com monetização de seu trabalho, na segunda etapa da ideologia do desenvolvimento, ligada à introdução da sistematização de inovações, as mulheres passam a ser consideradas além de “cuidadoras”, alvo de controle de suas formas, corpos, ideias, para que possam, mesmo não monetizadas, terem capturadas suas existências, desejos, para impulsionar inovações, bem como terem suas existências “proliferadas” a partir

de bonecas, robôs, negócios que passam a comercializar existências ideais, com formas e funções dedicadas a outros seres que não elas mesmas.

Desta maneira, o desenvolvimento institucionaliza, internacionaliza instrumentos diversos para garantia e manutenção de relações sociais, políticas, culturais e econômicas, relações estas que garantem concentração de poderes aos homens, e desprezam e violentam mulheres, populações racializadas, LGBTQIAPN+, bem como a própria natureza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo empreendeu uma análise sobre a ideologia do desenvolvimento para discutir elementos que a compõem e que são intrinsecamente misóginos. Através da investigação das duas fases distintas, a primeira considerando o período entre 1850 e 1990, e a segunda levando em consideração o espaço de tempo a partir da década de 1990 até os dias atuais, foi possível elencar elementos que revelam a violência perpetrada contra as mulheres como uma condição necessária para a acumulação de riqueza em cada uma dessas etapas.

O artigo propôs que o desprezo e a violência direcionados às mulheres, portanto, não podem ser compreendidos como subprodutos, mas sim fundamentos essenciais para a sustentação da proposta do desenvolvimento.

E se discutiu que a misoginia se intensifica à medida que avanços técnicos e tecnológicos são incorporados ao modelo de acumulação de riqueza impulsionado pelo capitalismo. A disseminação da ideologia se dá, portanto, através de estratégias de difusão social, política e econômica, sendo a política de desenvolvimento estadunidense uma das principais vias de sua propagação.

Diante desse contexto, o artigo se justifica pela urgência em discutir as nuances das relações entre o desenvolvimento e a opressão contra as mulheres. A luta pela

equidade de gênero deve existir nas discussões de âmbito cultural, bem como também é preciso avaliar as bases sistêmicas que perpetuam essa violência.

Discutir a política econômica estadunidense, a ideologia do desenvolvimento e suas relações com a violência e com a misoginia é de suma importância para quem aspira uma sociedade que necessita contestar as formas explícitas e as máscaras da exploração e a desigualdade.

Reflexões de Virginia Woolf, Nancy Fraser, Michelle Perrot, Carmem Lúcia, Gebara, Shiva e outros trazidos aqui ressoam denúncias da histórica exclusão e violência contra as mulheres. Discutir, portanto, as estratégias da opressão, exclusão, negligências e outras formas de violência implícitas em ideologias é essencial para uma compreensão mais completa e justa da história.

A misoginia, tema central deste trabalho, se revela portanto, como componente intrínseco de uma ideologia forjada nos séculos passados e que ainda se faz presente de maneira muito profunda. Originada no pós-Segunda Guerra Mundial, esta ideologia foi instrumentalizada para consolidar o domínio do capitalismo global e características da fase atual do modo de produção capitalista apontam que esta ideologia se sustenta e tem perpetuado formas de exploração de recursos e vidas em prol da concentração de poder em que a misoginia não é apenas reflexo, mas sim base sustentadora das formas de exploração sistêmica que permeiam o tecido das relações sociais, econômicas, culturais em seus diferentes aspectos. É preciso avançar no diagnóstico das formas de opressão, suas estratégias para questioná-las e expurgá-las.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CANDIDO, Marcia Rangel *et al.* **O efeito tesoura na ciência**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Candido/publication/372104090_O_Efeito_Tesoura_na_Ciencia_Nota_Tecnica_RBM_C_n15_2023/links/64a47ba0b9ed6874a5f65593/O-Efeito-Tesoura-na-Ciencia-Nota-Tecnica-RBMC-n15-2023.pdf. Acesso em: 18 de Out. 2023.

FIORI, José Luís. Prefácio: Conjeturas e história; história e desenvolvimento. In: *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014. p. 15 - 85.

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis** Brooklyn, New York: Verso Books, 2013

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition** New York: Routledge, 1997. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Trad.: Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIRE, C.T.; MARUYAMA, F. M.; POLLI, M. Inovação e empreendedorismo: políticas públicas e ações privadas. **Novos estudos**. CEBRAP, v. 36, n. 3, p. 51-76, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/7MVBV5N3V3BcVmTTbmMjrDv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: out. 2023.

GEBARA, Ivone. Lembrar. In: DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

GODOI, Cintia Neves *et al.* Panorama dos principais temas, artigos e pesquisadores da área do desenvolvimento regional no Brasil referentes ao ano de 2020. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**. v. 11, p. 231-249, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3908>.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad.: Bhuvli Libanio. 13 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-Produção das Relações Sociais de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LÚCIA, Carmem. Apresentação. In: GOUGES, Olímpia de; DALLARI Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher e da cidadã**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MACHADO, Simone. **Homens estão criando namoradas-robô e abusando delas**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/25/homens-criam-namoradas-de-inteligencia-artificial-e-cometem-abusos-verbais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 out. 2023.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RIBEIRO, Flavio Diniz. **Walt Whitman rostow e a problemática do desenvolvimento ideologia, política e ciência na guerra fria**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. a divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Economia espacial: planejamento, o subdesenvolvimento e a pobreza**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development**. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1934

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalism, socialism and democracy**. Jersey City: Start Publishing, 1942, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Prefácio à edição japonesa de teoria do desenvolvimento econômico. In: HABERLER, Gottfried. Joseph Alois Schumpeter 1883–1950. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 64, n. 3, p. 333-372, 1950

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Trad.: Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

TONUCCI FILHO, J. B. M. (2020). Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito E Práxis**, v. 11, n. 1, p. 370–404. Doi: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48273>

UNESCO. **I'd blush if I could**: closing gender divides in digital skills through education. 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367416.page=1>. Acesso em: 18 out. 2023.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Trad.: Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.